

Percepções De Docentes Da Educação Básica Sobre As Reformas Do Ensino Médio

Mário Luiz Amorim Da Silva¹, André Luiz Santos Valença²,
Rosemeire Dos Santos Amaral³, Maria Cristiana Baltar⁴,
Marineide Gomes Ribeiro⁵, Valdeir Mezencio De Avelar Júnior⁶,
Gabriel Antonio Ogaya Joerke⁷, Miriam De Andrade Brandão⁸,
Eulampio Dantas Segundo⁹, Carlos Magno Maciel Lucas¹⁰,
Francielle Garcia Campanha¹¹, Adelcio Machado Dos Santos¹²

¹Universidade Federal Do Pampa;

²Secretaria De Estado Da Educação E Da Cultura De Sergipe;

³Secretaria Da Educação Do Estado Da Bahia;

⁴Fucape Business School;

⁵Universidade Federal Do Pará;

⁶Secretaria Da Educação Do Estado Do Tocantins;

⁷Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia De Mato Grosso;

⁸Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte;

⁹Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte;

¹⁰Secretaria De Estado De Educação Do Distrito Federal;

¹¹Secretaria De Estado De Educação De Mato Grosso;

¹²Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe;

Resumo

Este trabalho descreve percepções de professores da Educação Básica sobre as reformas do Ensino Médio brasileiro. Para isso, foi aplicada uma pesquisa de campo, por meio de questionário, com 23 professores participantes de um grupo de pesquisa em educação. Os resultados apontaram as insatisfações e apreensões destes professores em relação aos impactos do Novo Ensino Médio. Os respondentes possuem uma experiência considerável no magistério e a maioria deles detém pós-graduação, o que agrega uma visão crítica e fundamentada sobre o tema. As principais preocupações dos professores referem-se às alterações no currículo escolar, à ampliação da carga horária docente e, conseqüentemente, às repercussões na aprendizagem dos estudantes. Além disso, muitos destacaram a falta de diálogo e de participação dos profissionais da educação no processo de implementação da reforma, o que gerou um sentimento de desvalorização e desmotivação. Outra questão foi a necessidade de formação continuada e de suporte pedagógico para que os professores possam se adaptar às novas diretrizes e demandas educacionais. As percepções coletadas apontam para uma urgente revisão e acompanhamento mais próximo das mudanças propostas, visando garantir uma educação de qualidade que atenda às reais demandas dos estudantes e professores. Esta análise, portanto, contribui para o debate sobre a eficácia e os desafios das reformas educacionais no Brasil, oferecendo subsídios para futuras políticas públicas que possam contemplar de forma mais adequada a complexidade do cenário educacional brasileiro, promovendo um ensino mais inclusivo e eficiente.

Palavras-chave: Educação; Ensino Médio; Reformas educacionais.

Date of Submission: 17-02-2025

Date of Acceptance: 27-02-2025

I. Introdução

A reforma do Ensino Médio brasileiro, instituída pela Lei nº 13.415/2017, representa uma das mais significativas transformações na educação nacional dos últimos anos. Sancionada em 16 de fevereiro de 2017, essa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), introduzindo uma série de modificações que visam transformar a estrutura e a dinâmica do Ensino Médio no país. Entre as principais mudanças está a ampliação do tempo mínimo que os estudantes devem permanecer na escola, aumentando de 800 para 1.000 horas anuais até 2022 (BRASIL, 2017; BRASIL, 2018). Esse incremento pretende proporcionar aos alunos mais tempo para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para sua formação integral.

Ainda que desempenhem um papel fundamental no processo, as políticas públicas voltadas para o Ensino Médio mobilizam interesses diversos e, muitas vezes, incongruentes. Ferretti (2018) argumenta que essas políticas não atendem apenas aos objetivos explícitos da educação, mas também refletem um conjunto mais amplo de interesses sociais, econômicos e políticos. Dessa forma, embora a leitura dos objetivos gerais da LDB relativos ao Ensino Médio sugira a existência de consensos sobre o que deve ser essa etapa educacional, na prática, os interesses em jogo são variados e nem sempre harmônicos.

Além da ampliação da carga horária, a nova organização curricular traz a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como referência obrigatória para todas as escolas. A BNCC estabelece os conhecimentos e competências fundamentais que todos os estudantes devem adquirir ao longo de sua educação básica. Em paralelo, a reforma introduz os itinerários formativos, que permitem aos alunos escolherem áreas de conhecimento específicas ou optar por uma formação técnica e profissional, de acordo com suas aspirações futuras (BRASIL, 2018). Essa flexibilidade curricular busca tornar o Ensino Médio mais relevante e alinhado às necessidades e expectativas dos jovens, preparando-os melhor para os desafios contemporâneos.

Os objetivos centrais da reforma do Ensino Médio incluem a garantia de uma educação de qualidade para todos os jovens brasileiros e a adequação do ensino à realidade dos estudantes. As novas diretrizes levam em consideração as demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade, buscando formar cidadãos críticos, autônomos e preparados para enfrentar os desafios do século XXI (BRASIL, 2018). Com essas alterações, o Novo Ensino Médio almeja oferecer uma educação mais inclusiva e eficiente, capaz de promover o desenvolvimento pleno dos estudantes e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Consequentemente, as reformulações no Ensino Médio recebem respaldo de alguns setores da sociedade, enquanto despertam críticas em outros. Ferretti (2018) destaca que as políticas educacionais ao serem implementadas, muitas vezes encontram resistência, pois diferentes grupos sociais possuem expectativas e demandas específicas em relação à educação dos jovens. Essa dinâmica de apoio e crítica revela a complexidade inerente às políticas públicas educacionais, que precisam equilibrar múltiplos interesses e perspectivas para efetivamente contribuir para a formação dos estudantes e atender às necessidades da sociedade na totalidade.

Diante desse cenário de mudanças e das reações variadas que provocam, é importante entender como os profissionais diretamente envolvidos no processo educativo percebem essas reestruturações. Este trabalho apresenta um detalhamento de percepções de professores da Educação Básica sobre os remodelamentos do Ensino Médio brasileiro.

II. Metodologia

Para a realização desta investigação, foi adotada uma abordagem qualitativa, para explorar e descrever as percepções dos professores da Educação Básica sobre as modificações do Ensino Médio brasileiro. A escolha se justifica pela complexidade do tema e pela demanda de captar as nuances das opiniões e experiências dos docentes, que podem não ser plenamente compreendidas por meio de métodos quantitativos. A pesquisa de campo foi conduzida por meio de um questionário estruturado, composto por perguntas subjetivas discorridas e objetivas, de escolha única ou multiescolhas, permitindo assim uma maior flexibilidade nas respostas e a obtenção de dados ricos e detalhados (PIANA, 2009; JESUS SOARES, 2020; RODRIGUES; OLIVEIRA; SANTOS, 2021).

O questionário foi aplicado a 23 professores que participam de um grupo de pesquisa em educação, sendo selecionados por conveniência, considerando disponibilidade e interesse em participar do levantamento de dados. A seleção dos participantes também levou em conta a diversidade de áreas de ensino e níveis de experiência, buscando uma amostra representativa de diferentes perspectivas no contexto da Educação Básica. A participação dos professores foi voluntária e todos assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), garantindo a ética e a confidencialidade da pesquisa. As perguntas do questionário foram elaboradas com base nos principais aspectos das modificações do Ensino Médio, incluindo alterações no currículo escolar, a ampliação da carga horária docente e as novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos itinerários formativos.

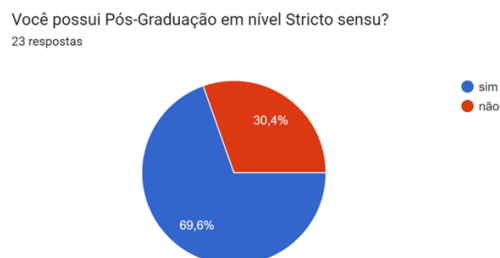
As questões foram desenhadas para captar as percepções, preocupações e expectativas dos professores em relação às mudanças propostas, bem como as possíveis repercussões dessas variações na prática pedagógica e na aprendizagem dos estudantes. Foram incluídas perguntas sobre a participação dos professores no processo de implementação das transições e suas prioridades de uma formação continuada e suporte pedagógico.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio de análise qualitativa de discursos com a permissão dos professores respondentes para finalidade de publicação, permitindo a categorização das principais temáticas emergentes das respostas (OLIVEIRA, 2010; MINAYO, 2012), que foram lidas e relidas minuciosamente, e os dados organizados em categorias e subcategorias, conforme a recorrência e a relevância dos temas abordados. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada das percepções dos professores e dos desafios enfrentados no contexto das reformas do Ensino Médio, fornecendo subsídios valiosos para a discussão e elaboração de políticas educacionais mais alinhadas às atividades dos profissionais da educação e dos estudantes.

III. Resultados E Discussão

Os resultados revelados pela pesquisa sobre a posse de pós-graduação ao nível “stricto sensu” entre os participantes destacam uma tendência predominante de possuir essa qualificação, refletindo um perfil educacional elevado entre os respondentes.

Figura 1 - Questão de pesquisa 1



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A maioria dos professores indicou possuir pós-graduação, sugerindo um contexto de maior preparo acadêmico e especialização na área de ensino. No entanto, a presença de alguns que não possuem essa formação também aponta para uma diversidade de trajetórias profissionais e experiências educacionais entre os docentes entrevistados. O resultado ressalta a importância de considerar diferentes níveis de qualificação ao avaliar as percepções e práticas dos educadores em relação às reorganizações educacionais em curso.

Baseado nas respostas fornecidas pelos participantes da pesquisa, a maioria indicou possuir Mestrado como titulação acadêmica de maior nível.

Figura 2 - Questão de pesquisa 2

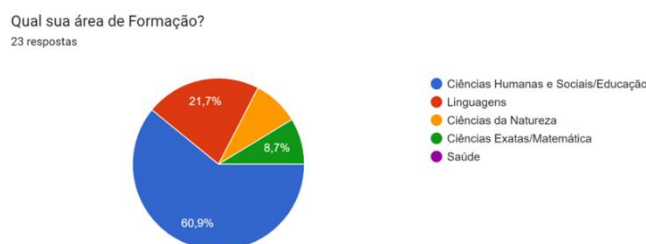


Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Outrossim, foram mencionados: graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-Doutorado, refletindo uma diversidade de formações e especializações no campo educacional. Essa variedade de qualificações pode influenciar diretamente nas percepções e práticas dos professores em relação às políticas educacionais vigentes, destacando a importância de considerar o impacto dessas titulações na implementação e adaptação das alterações realizadas no Ensino Médio.

Com fundamento nos dados fornecidos, a maioria possui formação em Ciências Humanas e Sociais/Educação, seguida por Linguagens e Ciências da Natureza.

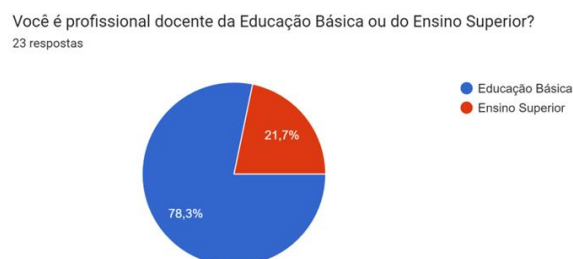
Figura 3 - Questão de pesquisa 3



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Alguns participantes também têm formação em Ciências Exatas/Matemática. Essa diversidade de áreas de formação reflete a multidisciplinaridade dos professores envolvidos na pesquisa, cada um trazendo perspectivas e experiências distintas que podem influenciar suas visões e práticas em relação à reforma do ensino médio. Conforme o retorno recebido, 78,3% atuam na Educação Básica e o restante (21,7%), no Ensino Superior.

Figura 4 - Questão de pesquisa 4



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Possivelmente, os mais impactados pelas propostas da reforma do Ensino Médio são os professores com predominância de mais de 10 anos de experiência, representando 39,1% dos respondentes.

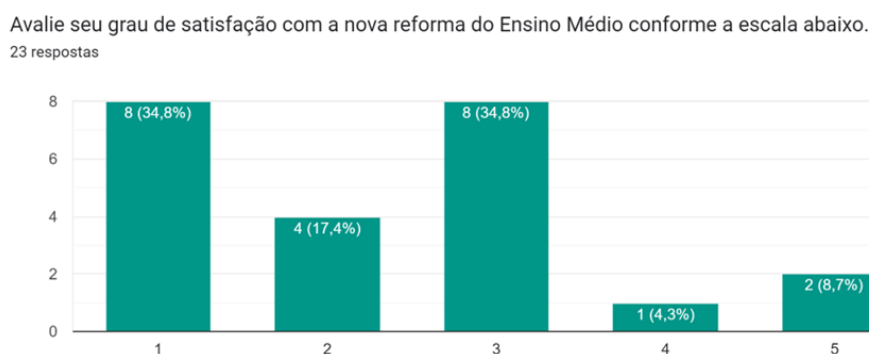
Figura 5 - Questão de pesquisa 5



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Isso indica que as opiniões e percepções coletadas são baseadas em um conhecimento substancial do sistema educacional e das práticas pedagógicas, contribuindo para uma análise crítica da reforma do Ensino Médio.

Figura 6 - Questão de pesquisa 6



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Com base nas respostas fornecidas, percebe-se que há uma predominância de avaliações negativas em relação à satisfação com a nova reforma do Ensino Médio, com a maioria dos participantes atribuindo notas baixas (1 e 2) na escala de avaliação. Isso indica uma insatisfação generalizada com as novas implementações, refletindo preocupações e críticas em relação aos impactos da reforma no contexto educacional.

A questão da pesquisa de número 7 foi: Como você percebe que a reforma do Ensino Médio pode influenciar o futuro dos estudantes?

- *Tenho minhas dúvidas quanto aos impactos positivos desta reforma para os estudantes, sobretudo para os alunos da classe trabalhadora e do interior do país.*
- *Ela fragmenta a formação e os conteúdos sem nenhum aprofundamento teórico e crítico.*
- *Há menos acesso a disciplinas e redução da carga horária.*
- *Formação insuficiente para o prosseguimento nos estudos e/ou ingresso no mercado de trabalho.*
- *É necessário desenvolver um trabalho mais assertivo que envolva os alunos e os direcione para um futuro pessoal e profissional.*
- *As mudanças, na prática, não trarão significado para a maior parte da rede.*
- *A reforma do ensino médio influencia porque deixa o aluno mais protagonista na construção do seu conhecimento.*
- *Sim, porque a reforma pode alterar a forma de conduzir o conhecimento dentro e fora da sala de aula.*
- *Percebo que algumas mudanças podem trazer avanços, mas também são questionáveis. Além disso, outras questões importantes ficaram de fora.*
- *Vejo que cada dia está pior. Tenho dó desta nova geração.*
- *A reforma renega aos estudantes de famílias pobres uma formação que os distancia ainda mais da universidade e das profissões de melhor remuneração.*
- *É necessário comprometer-se para construir seres pensantes e críticos.*
- *Acredito que a reforma do ensino médio deve contribuir para que os estudantes possam desenvolver o pensamento crítico.*
- *Ressignificando o conceito de saberes e de aprendizagens.*
- *Ela deixa o ensino sem fundamentos, reduzindo o tempo das disciplinas básicas.*
- *Muitas dúvidas.*
- *O ensino médio atualmente está bastante defasado.*
- *Não atuo no ensino médio, mas percebo os estudantes cada vez menos interessados na aprendizagem nesta etapa, não sei dizer se por causa dessas reformas ou por desinteresse mesmo.*
- *Acredito que o ensino público perde bastante com essa reforma. Haverá muita defasagem, além da que já existe, em comparação com os estudantes do ensino privado.*

As respostas dos professores revelam uma diversidade de percepções sobre os potenciais impactos da reforma do Ensino Médio no futuro dos estudantes. Alguns acreditam que a reforma, ao dar mais protagonismo aos alunos na construção do conhecimento, pode fortalecer habilidades como o pensamento crítico e a autonomia. No entanto, há também preocupações significativas, especialmente quanto aos alunos da classe trabalhadora e do interior do país. Muitos temem que a fragmentação da formação, a redução da carga horária e o acesso limitado a disciplinas essenciais comprometam a preparação dos estudantes para prosseguir nos estudos superiores ou ingressar no mercado de trabalho. A falta de aprofundamento teórico e crítico nas novas abordagens curriculares é vista como um obstáculo para uma formação mais sólida e abrangente, o que pode resultar em um futuro profissional menos promissor para muitos jovens.

Ademais, a percepção de que as propostas podem não atender adequadamente às demandas educacionais e profissionais dos alunos amplia as dúvidas sobre os reais benefícios da reforma. Enquanto alguns educadores veem oportunidades para inovação na condução do conhecimento, outros destacam que as implementações até o momento não estão proporcionando um significativo avanço na qualidade da educação oferecida. Portanto, é essencial um esforço contínuo para avaliar e ajustar as políticas educacionais, garantindo que todas as camadas da sociedade possam se beneficiar de um Ensino Médio que verdadeiramente prepare os jovens para os desafios do século XXI.

No estudo de *Hernandes (2019)*, é evidente que a flexibilização curricular, embora promovida como um meio de modernização educacional, apresenta desafios significativos para as escolas, especialmente aquelas mantidas pelo setor público. A pesquisa destaca que essa abordagem pode levar à fragmentação dos conteúdos educacionais, dificultando a coerência e a eficácia do ensino. Escolas com recursos limitados enfrentam ainda mais dificuldades para de implementação, o que pode resultar em disparidades educacionais entre diferentes contextos escolares. *Hernandes* argumenta que é fundamental que as políticas de flexibilização curricular sejam acompanhadas por investimentos robustos em infraestrutura, formação de professores e suporte pedagógico, para garantir que todas as escolas possam cumprir sua função social de oferecer uma educação equitativa e de qualidade.

Neste contexto, é preciso refletir acerca da função social da educação dentro de um espaço que detém uma diversidade cultural, devendo ela ficar responsável por promover uma equidade, possibilitando o aprendizado sistematizado de todos os membros que compõem o grupo social, sem que, com isso, possa haver uma supervalorização ou desvalorização de determinadas manifestações culturais, visto ser isso que se espera de uma educação democrática (*SILVA; HORTÊNCIO; SILVA, 2020, p. 49*).

Hernandes (2019) aponta que as escolas públicas, já enfrentando desafios estruturais e financeiros, podem se deparar com uma pressão adicional para adaptar seus currículos às novas exigências flexíveis. Isso pode resultar em um ensino mais fragmentado, com menos coesão nos conteúdos pedagógicos e menor capacidade de fornecer uma formação integral aos estudantes. A pesquisa sugere que, sem um planejamento cuidadoso e recursos adequados, a flexibilização curricular arrisca ampliar as disparidades educacionais, deixando muitas escolas sem os meios para promover um aprendizado eficaz e inclusivo. Portanto, Hernandez defende que políticas educacionais devem ser formuladas de maneira a refletir quanto às realidades específicas de cada contexto escolar, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação que promova seu desenvolvimento integral e preparação para os desafios futuros.

A questão da pesquisa, de número 8, foi: Como a reforma do ensino médio tem impactado você no seu dia a dia?

- *Pela necessária mudança no currículo e nas políticas de formação.*
- *Percebo que essa nova estrutura segrega conhecimentos importantes.*
- *Fragilização na formação dos estudantes.*
- *Nas mudanças do currículo.*
- *Tenho menos de dois meses nesse segmento.*
- *Na verdade, impacta no sentido de o professor estar preparado para o que será realmente colocado em prática.*
- *Tem alterado o currículo e a sua execução.*
- *Não tem impacto direto.*
- *Muita cobrança com novas disciplinas e tecnologias que são até interessantes, mas o aluno não está preparado para isso e não dá valor a nada.*
- *Carga horária.*
- *Esperamos que, com a reforma, tenhamos uma educação de qualidade.*
- *Ainda não se concebeu na prática a reforma, e isso tem afetado muito os alunos.*
- *Com uma série de cobranças por algo que não nos foi oferecido.*
- *As aulas não alcançam os objetivos propostos.*
- *Muitos alunos desmotivados.*
- *Tem tido impactos positivos e negativos, pois esta reforma pode não ser bem recebida por certos estudantes, mas alguns têm se beneficiado desta modalidade de ensino que implica muito o saber fazer.*
- *No meu caso, ainda nada.*

As respostas dos professores indicam um panorama complexo sobre como a reforma do Ensino Médio tem se evidenciado em suas rotinas profissionais. Muitos expressam preocupação com a fragilização na formação dos estudantes devido a adaptação a novas estruturas curriculares e à introdução de disciplinas e tecnologias sem um preparo adequado. A adaptação dos currículos e a execução das aulas tem gerado desafios adicionais, como a necessidade de desenvolver novas competências pedagógicas e lidar com uma carga horária frequentemente insuficiente para abordar os conteúdos de maneira eficaz.

A percepção de que a reestruturação ainda não foi totalmente concebida na prática manifeste-se na dificuldade de alcançar os objetivos propostos em sala de aula, resultando em alunos desmotivados e aulas que não atingem suas metas educacionais. A falta de suporte adequado para os professores e a discrepância entre as expectativas geradas pela reforma e a realidade vivenciada nas escolas contribuem para um ambiente de incerteza e insatisfação. Portanto, enquanto alguns educadores reconhecem potenciais impactos positivos na forma como o conhecimento é conduzido, outros enfatizam a urgência de ajustes para que a reforma do Ensino Médio possa efetivamente elevar a qualidade da educação oferecida no país.

Com base nas reflexões de Silva (2018), a implementação de mudanças curriculares coloca diretamente a responsabilidade sobre as escolas, o que frequentemente redefine seus propósitos e direcionamentos. Esse processo não ocorre de maneira isolada, mas sim em um contexto onde a formação dos professores enfrenta crescente precarização, limitando a capacidade de promover uma educação que estimule reflexão crítica. Silva argumenta que, sob critérios predominantemente mensuráveis e administrativos, a formação cultural dos educadores muitas vezes é comprometida, reduzindo sua capacidade de fomentar um pensamento crítico profundo entre os estudantes.

Segundo Silva (2018), a gestão das mudanças educacionais tende a simplificar complexidades inerentes à formação cultural e intelectual dos alunos, muitas vezes em detrimento da qualidade educativa. A centralização em critérios objetivamente mensuráveis pode marginalizar abordagens pedagógicas que promovam a autonomia e a capacidade reflexiva dos estudantes. A pesquisa destaca que, ao delegar às escolas a responsabilidade pela implementação das reformas, é essencial garantir que os professores tenham suporte adequado para desenvolver práticas educacionais que não apenas cumpram normativas, mas também cultivem um ambiente propício ao aprendizado significativo e à formação integral dos alunos.

Com base nas análises de Mendonça e Fialho (2020), a reforma do Ensino Médio não se limita apenas à estrutura curricular nas escolas, mas também influencia diretamente a configuração das provas de vestibulares em

diversas universidades. Essas alterações visam alinhar os processos avaliativos às novas competências e habilidades requeridas dos estudantes, demonstrando uma adaptação indispensável às demandas contemporâneas do mercado educacional e profissional. Há uma reconfiguração no entendimento sobre a formação dos docentes, onde se busca integrar competências específicas que atendam aos novos paradigmas educacionais emergentes.

Outro aspecto relevante destacado por Mendonça e Fialho (2020) é a promoção de maior transparência nas parcerias entre os sistemas de ensino, as instituições de educação e as modalidades de ensino a distância. Esta medida visa fortalecer a integração e a complementaridade entre diferentes formas de oferta educacional, ampliando o acesso e a qualidade do ensino para mais estudantes. A reforma busca, assim, não apenas reestruturar o Ensino Médio, mas também estabelecer um novo contexto colaborativo que promova a inovação e a eficiência no sistema educacional brasileiro.

IV. Considerações Finais

Baseando-se nas preocupações expressas pelos professores da Educação Básica em relação às reformas do Ensino Médio, é evidente que há uma série de desafios a serem enfrentados para garantir que essas alterações realmente promovam melhorias significativas na educação dos estudantes brasileiros. Os questionamentos levantados sobre a fragmentação da formação, a redução da carga horária e a percepção de que certos grupos, como os alunos da classe trabalhadora e do interior, podem ser desfavorecidos, destacam a urgência de revisões e ajustes nas políticas educacionais em vigor.

A preocupação com a qualidade e a equidade da educação é central nesse debate. A percepção de que as modificações podem não estar preparando adequadamente os alunos para os desafios futuros, seja no prosseguimento dos estudos ou na entrada no mercado de trabalho, requer uma reflexão profunda sobre os métodos pedagógicos e os recursos disponíveis para os professores e escolas. A falta de preparo dos docentes e as dificuldades na implementação das mudanças sugerem a necessidade de investimentos em formação continuada e suporte pedagógico eficaz.

É fundamental que as reestruturações do Ensino Médio sejam orientadas não apenas por diretrizes curriculares e demandas externas, mas também por uma compreensão profunda das realidades locais e das demandas específicas dos estudantes. Isso implica em um compromisso renovado com a construção de uma educação que valorize o pensamento crítico, a autonomia dos alunos e a formação integral, superando as reflexões de que as novas propostas podem estar desarticuladas das reais necessidades educacionais.

Portanto, o engajamento contínuo de todos os atores envolvidos na educação — professores, gestores escolares, formuladores de políticas públicas e comunidade escolar — é essencial para mitigar os impactos negativos e potencializar os aspectos positivos. Somente assim, será possível construir um sistema educacional que atenda às exigências e capaz de preparar os estudantes para os desafios do século XXI.

Referências

- [1] Brasil. Lei Nº 13.415, De 16 De Fevereiro De 2017. Altera As Leis Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996, E Nº 11.494, De 20 De Junho De 2007, O Decreto-Lei Nº 236, De 28 De Fevereiro De 1967, E A Consolidação Das Leis Do Trabalho (Clt), Aprovada Pelo Decreto-Lei Nº 5.452, De 1º De Maio De 1943; Revoga Dispositivos Das Leis Nº 8.405, De 9 De Janeiro De 1992, E Nº 11.080, De 30 De Dezembro De 2004; E Institui A Política De Fomento À Implementação De Escolas De Ensino Médio Em Tempo Integral. Disponível Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso Em: 7 Jul. 2024.
- [2] Brasil. Novo Ensino Médio - Perguntas E Respostas. Ministério Da Educação. Brasília: Mec, 2018. Disponível Em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20lei%20n%C2%BA%2013.415%2f2017,Flex%C3%ADvel%2c%20que%20contemple%20uma%20base>. Acesso Em: 7 Jul. 2024.
- [3] Ferretti, C. J. A Reforma Do Ensino Médio E Sua Questionável Concepção De Qualidade Da Educação. Estudos Avançados, V. 32, N. 93, P. 25–42, Maio 2018. Disponível Em: <https://www.scielo.br/J/Ea/A/Rkf694qxnbfggj78s8pmp5x/?Lang=Pt#>. Acesso Em: 7 Jul. 2024.
- [4] Hernandez, P. R. A Reforma Do Ensino Médio E A Produção De Desigualdades Na Educação Escolar. Educação, [S. L.], V. 44, P. E58/ 1–19, 2019. Doi: 10.5902/1984644434731. Disponível Em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34731>. Acesso Em: 7 Jul. 2024.
- [5] Jesus Soares, Simaria De. Pesquisa Científica: Uma Abordagem Sobre O Método Qualitativo. Revista Ciranda, [S. L.], V. 3, N. 1, P. 1–13, 2020. Disponível Em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/314>. Acesso Em: 7 Jul. 2024.
- [6] Mendonça, S.; Fialho, W. C. G. Reforma Do Ensino Médio: Velhos Problemas E Novas Alterações. Educ. Puc., Campinas, V. 25, E204626, 2020. Disponível Em: http://educ.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-39932020000100206#:~:text=A%20lei%20n%C2%BA13.,Ensino%20m%C3%A9dio%20em%20tempo%20integral. Acesso Em: 7 Jul. 2024.
- [7] Minayo, M. C. De S. Análise Qualitativa: Teoria, Passos E Fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, V. 17, N. 3, P. 621–626, Mar. 2012. Disponível Em: <https://www.scielo.br/J/Csc/A/39yw8smqhnz5nmpgbtmmff/#>. Acesso Em: 7 Jul. 2024.
- [8] Oliveira, C. L. Um Apanhado Teórico-Conceitual Sobre A Pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas E Características. Travessias, Cascavel, V. 2, N. 3, P. E3122, 2010. Disponível Em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122>. Acesso Em: 7 Jul. 2024.
- [9] Piana, M. C. A Construção Do Perfil Do Assistente Social No Cenário Educacional [Online]. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

- [10] Rodrigues, T. D. De F. F.; Oliveira, G. S. De; Santos, J. A. Dos. As Pesquisas Qualitativas E Quantitativas Na Educação. Revista Prisma, V. 2, N. 1, P. 154-174, 25 Dez. 2021. Disponível Em: <https://Revistaprisma.Emnuvens.Com.Br/Prisma/Article/View/49>. Acesso Em: 7 Jul. 2024.
- [11] Silva, M. R. D. A Bncc Da Reforma Do Ensino Médio: O Resgate De Um Empoeirado Discurso. Educação Em Revista, V. 34, P. E214130, 2018. Disponível Em: <https://www.scielo.br/I/Edur/A/V3cqz8tbtt3jvts7jdhxxzk#>. Acesso Em: 7 Jul. 2024.
- [12] Silva, A. C. R.; Hortêncio, R. S. Reforma Do Ensino Médio: A (Re)Significação Da Educação Como Facilitadora Da Mobilidade Social Em Um Contexto Multicultural. Cad. Fucamp, Campinas, V. 19, N. 39, P. 36-46, 2020. Disponível Em: <https://Revistas.Fucamp.Edu.Br/Index.Php/Cadernos/Article/View/2148>. Acesso Em: 7 Jul. 2024.